



## ATA DA DÉCIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e um dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE.** Com a palavra, o segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura das atas das sessões anteriores.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados. Leitura das atas. *“Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Dezenove da Décima Terceira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 205/2023, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 180 a 182/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 178, 289 a 291/2023, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Mara Caseiro, Pedro Kemp, Professor Rinaldo e Gerson Claro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados João Mattogrosso, Paulo Corrêa, Rafael Tavares, Gerson Claro, Neno Razuk, Zé Teixeira, Junior Mochi e Lucas de Lima. **GRANDE EXPEDIENTE** - Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** - Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Decreto Legislativo nº 1/2023, de autoria da Mesa Diretora; Projeto de Lei nº 1/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 19/2023, de autoria do deputado Jamilson Name; Projeto de Lei nº 56/2023, de autoria da Mesa Diretora. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria dos deputados Amarildo Cruz, Pedro Kemp e Renato Câmara, endereçada aos familiares de Guiomar Soares dos Santos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada aos familiares de Águida da Silva Pavão; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçada aos familiares de Talmor Andrade; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos familiares de Edna Neire da Silva Pinheiro; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos guardas civis metropolitanos de Campo Grande, estendida a todos os servidores da GCM, pelo trabalho desempenhado na madrugada do dia 18 de fevereiro de 2023; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada ao Operário Futebol Clube de Campo Grande, que, na data de 1º de março de 2023, venceu o Operário do Paraná por 1 x 0, em partida disputada pela primeira fase da Copa do Brasil, classificando-se para a*

segunda fase, depois de trinta e um anos; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao terceiro-sargento da PM Adilson Francisco da Silva, ao terceiro-sargento da PM Antonio Rogério Melgarejo, ao segundo-sargento da PM Wilson Ferreira, ao cabo da PM Rildo Andrade da Silva e ao cabo da PM José Rodrigues Mosciaro Castilho, pela atuação exitosa no combate ao crime e recuperação de veículos roubados, na cidade de Ponta Porã; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada ao jornal Folha de Dourados, pelos cinquenta e cinco anos de sua criação; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado João Henrique, endereçada ao senhor Hugo David Santana, que, no último dia 6, foi empossado como imortal da Cátedra nº 10 como acadêmico e patrono da Academia Sul-Mato-Grossense de Ciências Contábeis (Asulcon); requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Neno Razuk, endereçadas a dezessete mulheres, pela comemoração do Mês da Mulher; requerimentos de moções de congratulação, de autoria do deputado Lidio Lopes, endereçadas às prefeituras de Antônio João, Ribas do Rio Pardo e Guia Lopes da Laguna, pelo aniversário dos municípios; requerimento, de autoria da deputada Lia Nogueira, solicitando que seja criada uma comissão de deputados para acompanhar os trabalhos do grupo multidisciplinar criado pelo governo do estado, que visa a soluções para os problemas no abastecimento e distribuição de água às aldeias Jaguapiru e Bororó, em Dourados; requerimento, de autoria do deputado Pedrossian Neto e dos demais parlamentares que a subscrevem, à Frente Parlamentar de Defesa das Santas Casas e Filantrópicos, buscando uma atuação unificada em função de interesses comuns, independentemente do partido político a que pertençam; requerimento, de autoria do deputado Pedro Kemp, solicitando o uso da tribuna, na Sessão Ordinária do dia 16 de março de 2023, pela senhora Marlene Veiga Espósito, que tratará de assunto de interesse dos servidores públicos estaduais aposentados; requerimento de informações, de autoria do deputado Rafael Tavares; indicações, de autoria dos deputados Lucas de Lima, Pedrossian Neto, Lia Nogueira, Professor Rinaldo, João Mattogrosso, Rafael Tavares, Renato Câmara, Mara Caseiro, Neno Razuk, Jamilson Name, Marcio Fernandes e Zé Teixeira. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, quinze de março do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a primeira ata, senhor presidente. Agora eu vou ler a segunda. "Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e vinte e um minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatado que não houve quórum, de acordo com o artigo 115, parágrafo 1º, inciso III, do Regimento Interno, o senhor presidente levantou a Sessão Ordinária. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezesseis de março do ano de dois mil e vinte e três". Foi lida a segunda ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão as atas que acabam de ser lidas. Não havendo quem queira impugná-las, dou-as por aprovadas. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para leitura do expediente.



**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Expediente da Sessão Ordinária do dia 21 de março de 2023: "Ofício nº 102/2023, da Prefeitura Municipal de Miranda, solicitando o reconhecimento do estado de calamidade pública no município de Miranda (Prot. sem número); Ofício nº 106/2023, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, respondendo ao requerimento do deputado Amarildo Cruz (Prot. sem número); Processo nº 012.152.0030/23, do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Coronel David (Prot. sem número); Ofício nº 1/2023, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Jamilson Name (Prot. sem número); Ofícios nºs 197 a 199, 207 e 208/2023, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Neno Razuk, Renato Câmara, Zé Teixeira, Marcio Fernandes, João Mattogrosso, Jamilson Name, Rafael Tavares e Junior Mochi; Ofício nº 54/2023, da Santa Casa de Campo Grande, respondendo ao requerimento do deputado João Henrique; Carta nº 11/2023, da Energisa, respondendo à indicação do deputado Coronel David". Senhor presidente, foi lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Senhores, para esclarecer, os três dias de luto pelo falecimento do deputado Amarildo Cruz encerraram-se ontem; mas a gente ainda vive num ambiente de luto. E ontem foi um dia de muita indagação a respeito da convocação e posse da sua suplente. Bem, o artigo 80 do Regimento Interno trata de vacância no caso de morte ou de renúncia. Ontem eu cheguei a explicar para algumas pessoas que a declaração de falecimento acontece mediante a apresentação do Atestado de Óbito da pessoa. E, no caso, o atestado do deputado não foi protocolado na secretaria desta Casa. Para fazermos, portanto, uma convocação, o primeiro procedimento é verificar o Atestado de Óbito, a Declaração de Vacância, e aí sim pode ser feita a convocação do deputado suplente, o qual tem 30 dias para tomar posse, podendo solicitar mais 15 dias, a ser definido pela Mesa. Portanto, assim que for apresentado o Atestado de Óbito do deputado, o que acredito que aconteça hoje, esta Mesa Diretora providenciará a Declaração de Vacância e a convocação do suplente, conforme a lista do Tribunal Regional Eleitoral, e cumprirá o que determina o Regimento Interno desta Casa... Ainda com sentimento de perda, será apresentada pela Casa uma moção de pesar aos familiares e amigos do saudoso deputado Amarildo Cruz. Neste momento, dando continuidade ao Pequeno Expediente, com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Senhor presidente, colegas deputados, eu tenho algumas proposições a apresentar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, solicitando informações acerca da implantação dos Centros de Ensino Estruturados para Pessoas com Transtorno de Espectro Autista, regulamentada pela Lei nº 5.614/2020. Eu vou ler o texto. "1 - Os Centros de Ensino Estruturados para Pessoas com Transtorno de Espectro Autista encontram-se em que fase de sua implantação? 2 - Há prazo para a cobertura integral dos centros no estado de Mato Grosso do Sul, conforme os



dispositivos da lei?"... Este parlamentar, como representante do povo e visando ao amplo direito das pessoas com Transtorno do Espectro Autista, vem, por meio deste expediente, requerer tais informações devido à importância da estruturação dos centros, assegurando-lhes o direito educacional, garantido no artigo 205 da Constituição Federal e no artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Vale ressaltar, além do já citado artigo 205 da Constituição Federal, o artigo 5º, que "estabelece a igualdade entre todos os cidadãos brasileiros e estrangeiros residentes em nossa Pátria". Não estamos falando apenas de uma letra morta, de uma lei que não deve ser respeitada, mas de um princípio norteador do nosso ordenamento jurídico, devendo ser concretizada a igualdade entre todos. Não se pode falar de igualdade educacional, quando os alunos que necessitam de maiores diligências, devido ao seu transtorno, não recebem a efetivação das leis que os protegem, que atestam seus direitos perante a sociedade. Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópias ao prefeito de Corumbá, senhor Marcelo Lunes, ao secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Pedro Arlei Caravina, e ao secretário de estado de Saúde, senhor Maurício Simões, solicitando a implementação de UTIs Neonatais na cidade de Corumbá; e se já houver projeto nesse sentido, que informem o estado em que elas se encontram. Não é exagero, de modo algum, afirmar que a situação é urgente, voltados para a referida especialidade, como podemos confirmar pelos requerimentos, indicações e matérias jornalísticas já feitas ao longo dos anos, sempre reafirmando a necessidade da implantação de UTIs Neonatais. No gabinete deste parlamentar, já foram denunciadas as situações em que se encontram as mulheres em estado puerperal, já foi relatada até mesmo a morte de recém-nascido, pela falta de estrutura especializada no município. Projetos dessa natureza não podem ser protelados, muito pelo contrário, devem ser implementados o mais rápido possível, para que a saúde dos recém-nascidos seja defendida, de acordo com os preceitos constitucionais. "A saúde é direito de todos e dever do estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação"... Requeiro à Mesa Diretora, nos termos regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao prefeito de São Gabriel do Oeste, Jeferson Luiz Tomazoni, com cópia à presidente do Hospital Municipal de São Gabriel do Oeste, Michele Alves Paupério, requerendo respostas para os seguintes questionamentos: "1 - Qual o efetivo de médicos no Hospital Municipal de São Gabriel do Oeste? 2 - Quais as especialidades médicas que o hospital dispõe para a população? Quais especialidades recebem com maior frequência reclamações na Ouvidoria do hospital?"... De antemão, cumpre destacar que esses questionamentos são dos moradores de São Gabriel, que relatam a falta de efetivo, inclusive de técnicos e especialistas. Vale ainda ressaltar a indicação feita pelo vereador Edson Tozetto, da Câmara Municipal do referido município, que reafirmou a preocupação com a disponibilidade médica no hospital. Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando a execução dos serviços de encascalhamento e



patrolamento nas ruas dos bairros Jardim Manssur, Jardim Auxiliadora e Rita Vieira. A presente proposição justifica-se pela dificuldade de locomoção dos moradores das ruas não pavimentadas dos referidos bairros, em razão das fortes chuvas ocorridas nas últimas semanas. É importante informar que os bairros citados são populosos. Portanto, rogo às autoridades competentes que realizem o encascalhamento e o patrolamento naquelas localidades o mais rápido possível. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, eu quero apresentar um projeto de lei na data de hoje, o qual seria apresentado pelo nosso querido e saudoso deputado Amarildo Cruz. Projeto de lei que dispõe sobre a preservação e proteção do Pantanal sul-mato-grossense, visando a conter o avanço de novas lavouras destinadas ao cultivo de monoculturas na região. "Artigo 1º - Esta lei tem por objetivo a preservação e proteção do Pantanal sul-mato-grossense com ênfase na contenção do avanço de monoculturas na região e na salvaguarda de sua rica fauna, flora e recursos hídricos; Artigo 2º - Fica proibida a abertura de novas áreas para monoculturas e a expansão de lavouras existentes no Pantanal sul-mato-grossense. Parágrafo 1º - A proibição prevista no caput deste artigo não se aplica às atividades de subsistência das comunidades tradicionais residentes na região. Parágrafo 2º - As áreas de preservação permanente e reserva legal previstas na legislação estadual e no Código Florestal deverão ser rigorosamente observadas, sendo vedada a supressão de vegetação nativa para implantação de monoculturas." Além disso, senhor presidente, quero apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, a disponibilização do Plenário Júlio Maia no dia 30 de março de 2023, às 14 horas, para realização da audiência pública com o tema: 'Violência e Femicídio em Mato Grosso do Sul - A urgência do combate à misoginia', que contará com a presença da ministra Aparecida Gonçalves, do Ministério das Mulheres. Solicitamos toda a estrutura para a realização da audiência. A ministra vem ao estado no dia 30 e realizará conosco essa audiência pública. Já convido os nobres colegas para participarem. E no dia 31, ela deve cumprir uma agenda institucional. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Reinaldo. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores, eu vou apresentar algumas indicações, moções e um projeto de lei. Projeto de lei que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 277, de 21 de novembro de 2003, que declara de utilidade pública estadual o Grupo Espírita Francisco Cândido Xavier, com sede e foro no município de Campo Grande. O objetivo é apenas alterar a denominação da instituição. Uma moção de pesar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de pesar pelo falecimento da senhora Joanita Maria da Silva, no distrito de Camisão, no município de Aquidauana, no último dia 19 de março. Requeiro à Mesa, na forma



regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado, com urgência, expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, com cópias autônomas, solicitando a execução de obras de recuperação da malha viária da rodovia MS-441, no município de Bandeirantes, uma vez que existe uma extensa área de plantio em fase de colheita na região, e em determinados pontos está impossível o tráfego de veículos, em especial caminhões e carretas, para transporte da safra. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado, com urgência, expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a execução de obras de recuperação da malha viária da rodovia MS-215, no município de Pedro Gomes. Este parlamentar recebeu no último final de semana inúmeras fotos e vídeos de carretas paradas, sem condições de trafegabilidade, em alguns trechos da rodovia. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco na avenida Aracruz, no bairro Novos Estados. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Educação, senhor Hélio Queiroz Daher, e ao secretário de estado de Fazenda, senhor Flávio Cesar Mendes de Oliveira, solicitando a reforma e ampliação da Escola Estadual Cleuza Teodoro, na cidade de Pedro Gomes, em atendimento à solicitação da direção colegiada, bem como da Câmara Municipal de vereadores, por proposição do vereador Sandoval Alves de Oliveira. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de aplauso ao cabo QOPM Geovane do Nascimento Gonçalves e à soldado Fernanda da Silva Benites de Lima, e à soldado Igor Corrêa Pessoa, lotados na cidade de Campo Grande, em razão da atuação eficaz no socorro prestado a uma acadêmica da Universidade Estadual que tentava contra a própria vida. Se aprovada, a moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. Somente isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Senhor presidente, quero apresentar uma moção. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Pedro Chaves, professor, ex-Magnífico reitor da Uniderp, ex-senador, e o primeiro sul-mato-grossense leito para a Academia Brasileira de Educação, como membro efetivo. A moção, depois de aprovada, deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado Professor Rinaldo, congratula-se com o senhor Pedro Chaves, o novo imortal da Academia Brasileira de Educação, eleito para ocupar a cadeira número 32, cujo patrono é o jornalista e escritor Medeiros de Albuquerque. Em noventa e nove anos de história da Academia, o professor é o primeiro do estado e da região Centro-Oeste a ocupar um assento na



instituição de maior relevância da educação nacional". Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transportes e Trânsito, senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a duplicação da rua Jornalista Marcos Fernandes Rodrigues, que liga a avenida João Arinos à avenida do Poeta, no Parque dos Poderes. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos Sahib Neto, solicitando, com urgência, o patrolamento da estrada de acesso ao assentamento 7 de Setembro, bem como a manutenção das ruas do mesmo assentamento, no município de Terenos. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Senhor presidente, eu fiz um requerimento de informações para o secretário de estado de Fazenda detalhar para este parlamentar, certificar, os créditos de renúncia fiscal, a quantidade, o volume renunciado, porque, afinal de contas, isso é dinheiro público. E para que eu, na condição de parlamentar, possa saber o que as empresas fizeram, estão fazendo para receber um volume que talvez supere milhões, bilhão de reais. E os parlamentares não têm como fiscalizar nem saber o que essas empresas estão fazendo para receber tamanha renúncia de receita do Estado. Aliás, nós já vimos pessoas serem presas por conta de a gente não conseguir fiscalizar a renúncia fiscal do Estado. Então eu pedi essas informações, e o meu requerimento de convocação do secretário foi para a CCJR, com base no artigo 175 do Regimento Interno. E conforme o artigo 175, parágrafo 2º: "Decorrido o prazo fixado no parágrafo anterior — que é de cinco dias —, poderá o autor do requerimento solicitar a inclusão na Ordem do Dia, cabendo ao Plenário decidir a respeito, após a sua discussão". Então eu estou requerendo que o pedido de convocação do secretário — nos termos regimentais, como já foi decorrido o prazo legal de cinco dias — vá à Ordem do Dia de amanhã. Somente isto, senhor presidente. Obrigado.

**PRESIDENTE** (Deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora, caros deputados, caras deputadas, senhoras e senhores! Eu tenho duas moções de congratulação e uma indicação a apresentar. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao senhor Walter Aparecido Bernegozzi, por se tornar imortal da Academia de Ciências Contábeis de Mato Grosso do Sul, ocupando a Cátedra nº 04. Nascido em Andradina, São Paulo, em 21 de dezembro de 1952, chegou a o senhor Walter Aparecido a Nova Andradina em dezembro de 1956, com sua família, em busca de trabalho e melhores condições de vida. Iniciou suas atividades profissionais como office boy, aos 14 anos, em 1966, no Escritório Mercúrio, na época,



de propriedade de Pedro Nascimento Filho – o Pedrão, visando ajudar no sustento da família, que era muito pobre. Em 2001 retomou os estudos e graduou-se em Ciências Contábeis pela Finan, em dezembro de 2005, e, em seguida, no ano de 2006, iniciou especialização em Auditoria e Perícia, pela Fafipa, de Paranaíba, Paraná. No ano de 2007, por conta de sua experiência na área e formação, recebeu o convite para atuar como docente no curso de Ciências Contábeis nas Faculdades Integradas de Nova Andradina, onde laborou até o ano de 2020. Em janeiro de 2018, ocupou a vice-presidência do CRC/MS, na Câmara de Fiscalização e Ética; posteriormente, em janeiro de 2022, assumiu a vice-presidência de Controle Interno no CRC/MS. Por fim, no dia 6 de março de 2023, aos 70 anos de idade, em face de sua formação, experiência e atuação em prol da Ciência Contábil, tornou-se imortal da Academia de Ciências Contábeis de Mato Grosso do Sul. Assim, evidenciada a alta significação da pessoa de Walter Aparecido Bernegozzi, espera-se a aprovação da presente moção, que deverá ser redigida nos seguintes termos. "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka e em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, vem à honrosa presença de Vossas Senhorias outorgar esta moção de congratulação ao senhor Valter Aparecido Benegozzi, por se tornar imortal da Academia de Ciências Contábeis de Mato Grosso do Sul." Outra moção. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao senhor Pedro Chaves dos Santos Filho, pela posse como membro titular da Academia Brasileira e de Educação (ADE). Pedro Chaves dos Santos Filho nasceu em 7 de dezembro de 1940, em Campo Grande; é economista, educador, professor universitário, político e empresário; empreendedor vanguardista em educação, ciência e tecnologia, idealizou uma das mais abrangentes e qualificadas universidades do Brasil, a Universidade para Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp), da qual foi reitor. Empreendedor visionário, a rede de inteligência implantada por ele inclui instituições que vão do ensino fundamental ao terceiro grau, com estrutura docente e metodologia curricular de excelência, nos mais modernos processos de aprendizado, desde a avaliação de vocações à capacitação, aprendizado de campo e laboratorial, pesquisas, intercâmbios locais e internacionais nas diversas áreas do conhecimento humano. O professor, empresário e ex-senador Pedro Chaves, no dia 20 de março deste ano, no Rio de Janeiro, foi empossado como membro titular da Academia Brasileira de Educação, por ser reitor da Uniderp, ocupando a cadeira número 32, cujo patrono é o saudoso acadêmico Medeiros e Albuquerque; a cadeira era ocupada pelo educador, filósofo e escritor Tarcísio Padilha, que faleceu em março do ano passado. Assim, evidenciada a alta significação da pessoa de Pedro Chaves dos Santos Filho, espera-se a aprovação da presente moção, que deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Casa de Leis e da Cidadania, por proposição do deputado estadual Roberto Hashioka e em nome de seus pares e do povo de Mato Grosso do Sul, vem à honrosa presença de Vossas Senhorias outorgar esta moção de congratulação ao senhor Pedro Chaves dos Santos Filho, pela posse como membro titular da Academia Brasileira de Educação."

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Um aparte, deputado Roberto Hashioka.



**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Pois não.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Senhor presidente, eu gostaria de solicitar que esta moção ao senhor Pedro Chaves fosse transformada em nome da Casa, devido à importância do trabalho dele não só como reitor da Uniderp, mas também como senador, como político de grande valia, e como secretário, em Brasília, do governador Reinaldo Azambuja. Agradeço.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Perfeitamente, deputado. Acolho a sua sugestão... Por fim, apresento uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a implantação de faixas adicionais ao longo do trecho da rodovia MS-276 que liga o município de Batayporã ao entroncamento da rodovia MS-480, bem como a readequação da rotatória que dá acesso à avenida Antônio Espinosa Mustafá, em Batayporã. A presente indicação atende à solicitação do vereador Diego Ricartes da Costa Vieira. Conforme informação do vereador, o trecho que liga Batayporã a Anaurilândia é perigoso e sequer possui acostamento, o que ocasiona acidentes, inclusive com vítimas fatais. Destaque-se o grande fluxo de carros, ônibus e caminhões na MS-276... É, na verdade, a rodovia MS-480, a porta de entrada saída de Mato Grosso do Sul para a região sul. A rodovia MS-276 é construída com plataforma de 7 metros e pista de rolamentos, mais 1 metro de acostamento para cada lado. É importante a implantação das faixas adicionais, para se proporcionar maior conforto e segurança aos usuários da referida rodovia. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado João Matogrosso.

**DEPUTADO JOÃO MATOGROSSO** (PSDB) — Bom dia, presidente, nobres pares, todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS e todos os presentes nesta distinta Casa de Leis! Quero apresentar uma moção de congratulação. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao professor doutor Laércio Alves de Carvalho, reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pelo lançamento do projeto Universidade da Maturidade (UMA), uma parceria com a Universidade Federal do Tocantins. A iniciativa oferece certificação em Educador Social do Envelhecimento Humano, aberta para todos os níveis de escolaridade, para pessoas maiores de quarenta e cinco anos. O projeto desenvolve uma tecnologia social que se concentra na educação, empreendedorismo, saúde e bem-estar, esporte, lazer, cultura e turismo, promovendo assim um desenvolvimento integral que enfatiza a qualidade de vida e a cidadania da população idosa. As aulas da UMA serão ministradas por docentes e funcionários da Uems e da UFT que possuem experiência e qualificação acadêmica. Como programa de extensão, haverá uma dupla certificação, intitulada de “Educador Político-Social do Envelhecimento Humano”. A certificação poderá contribuir com o reingresso ao mercado de trabalho e possibilitará novos conhecimentos e



experiências de vida às pessoas. A UMA vai funcionar na Unidade Universitária de Campo Grande, com aulas à tarde, nas segundas e quartas-feiras, com atividades integradoras nas sextas-feiras, com duração de dois anos e quatro meses. Senhor presidente, era o que eu tinha.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa Diretora e colegas deputados! Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 173, inciso XVI, do Regimento Interno, que seja encaminhada moção de congratulação, em homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down. Justificativa: O Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado em 21 de março, é uma data de conscientização global para celebrar a vida das pessoas com a síndrome e para garantir que elas tenham as mesmas liberdades e oportunidades que todas as pessoas têm. A data é oficialmente reconhecida pelas Nações Unidas desde 2012, e representa a necessidade de conscientização e representatividade sobre a síndrome. Se aprovada, a presente moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, representante de todos os segmentos sociais do estado, por proposição do deputado Pedrossian Neto, congratula a instituição pelo Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado em 21 de março, marcado pela conscientização e representatividade". Outra indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, Domingos Sahib Neto, solicitando a limpeza de vias públicas no Parque dos Girassóis. Justificativa: Os moradores e comerciantes da região solicitam a limpeza das vias públicas do quadrilátero 'rua dos Pássaros, rua Lago Igapó, rua Antônio Silva Barteira e avenida Roseira' e das vias públicas do quadrilátero 'rua Carmem Bazzano Pedra, avenida Roseira, rua Euclides de Oliveira e rua Maria Carlota Giordano'. Por último, senhor presidente, outra indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a limpeza e manutenção da rua Terena, na altura do número 126, em frente ao Memorial Indígena, bem como a troca da lâmpada do poste de iluminação pública localizado na rua Ofaié Xavante, em frente ao número 63. Os moradores da Aldeia Urbana Marçal de Souza nos encaminharam esta solicitação, pois as ruas citadas encontram-se em péssimas condições. Por se tratar de um serviço público essencial que garante saúde e segurança à população, justifica-se a intervenção do poder público. Somente isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados e nobre deputada! Eu tenho alguns expedientes a serem encaminhados, os quais vou colocar sobre a mesa. Mas quero destacar a moção ao



nosso grande mestre doutor Pedro Chaves. Como já foram feitas aqui duas moções de congratulação a ele, e como eu também havia feito uma, quero apensar a minha à dos outros colegas. O doutor Pedro Chaves é uma personalidade que fez muito pela educação em nosso estado, e agora faz parte da Academia Brasileira de Educação. Isto muito nos orgulha. Somente isto, senhor presidente. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro! Bom dia, senhores deputados e deputadas! Bom dia a todos que nos honram com sua presença neste Plenário e a quem nos assiste pela TV Assembleia! Eu quero ler um projeto de lei. "Projeto de lei que institui a Política Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down no âmbito estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Fica instituída a Política Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 2º - A Política Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down será constituída por um conjunto de princípios voltados para a compreensão e apoio à educação, à saúde, à qualidade de vida, ao trabalho e ao combate ao preconceito com relação às pessoas com Síndrome de Down, aos seus familiares, aos educadores e aos profissionais de saúde. Artigo 3º - São objetivos da Política Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down: Inciso I - Sensibilizar todos os setores da sociedade para estimular atividades de divulgação, proteção e apoio às pessoas com Síndrome de Down e seus familiares. Inciso II - Informar a comunidade a respeito das principais questões envolvidas na convivência e no trato das pessoas com Síndrome de Down. Inciso III - Instituir ações, em parceria com a sociedade, voltadas à compreensão, ao apoio à educação, à saúde, à qualidade de vida, ao trabalho e à coibição ao preconceito em relação às pessoas com Síndrome de Down, aos seus familiares, aos educadores e aos agentes saúde. Inciso IV - Implantar atividades de comunicação com os diversos setores do poder público e organizações de sociedades afins, para prestação de informações ao público a respeito da Síndrome de Down, tendo em vista a educação, a saúde, o trabalho, a prática de modalidades esportivas e artísticas para as pessoas com a síndrome. Inciso V - Divulgar ações referentes à conscientização sobre a Síndrome de Down junto aos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada do estado, ações de esclarecimentos e palestras, bem como ao combate ao preconceito, visando à inclusão nas escolas. Inciso VI - Incrementar intervenção entre profissionais da saúde, educação, familiares das pessoas com síndrome objetivando a melhoria e a qualidade de vida destes últimos e aprimoramento aos profissionais e ao preparo das famílias quanto à aplicação dos conceitos técnicos em convivência com as pessoas com Síndrome de Down. Artigo 4º - A Política Estadual de Orientação sobre a Síndrome de Down deverá incentivar a divulgação massiva da legislação concernente aos direitos garantidos às pessoas com Síndrome de Down, tais como: Inciso I - Direito à seleção gratuita de exame de ecocardiograma pediátrico aos recém-nascidos com Síndrome de Down do estado de Mato Grosso do Sul, Lei Estadual nº 4.072, de 27 de julho de 2011. Inciso II - O apoio psicológico de orientação para as mães e familiares de filhos portadores de Síndrome de Down, de acordo com a Lei Estadual nº 4.237, de 8 de agosto de 2012. Inciso III - Assegurar às pessoas com Síndrome de Down e



aos seus acompanhantes o direito à meia-entrada nas sessões de cinema, teatro, espetáculos esportivos, shows e outros eventos culturais e esportivos realizados no estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com a Lei Estadual nº 6.015, de 21 de dezembro 2022. Inciso IV - Passe livre ao transporte coletivo interestadual, Lei Federal nº 8.899, de 29 de junho de 1994. Artigo 5º - Para a consecução dos objetivos referidos no artigo 3º desta lei, cada esfera do poder público poderá organizar a sua programação de acordo com a sua conveniência. Artigo 6º - Fica instituída, no estado de Mato Grosso Sul, a Semana Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Down, que ocorrerá, anualmente, de 21 a 28 de março, passando a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação". Por ser esta data alusiva aos portadores de Síndrome de Down, eu apresento este projeto de lei, para que possamos fazer um enfrentamento à discriminação contra crianças com a síndrome, bem como para darmos apoio aos seus familiares. A justificativa encontra-se anexa. Eu vou deixar sobre a mesa duas indicações: a primeira deverá ser encaminhada ao governador do estado e ao secretário de Segurança Pública; a segunda é da Câmara Municipal de Douradina, e diz respeito ao atendimento da Delegacia de Polícia Civil. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres deputados! Eu tenho várias indicações e inclusive um requerimento a apresentar. Requeiro à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, como presidente da Comissão Permanente de Saúde, a reserva do Plenário Nelito Câmara para o dia 23 de março, a partir das 14 horas, para a realização da audiência pública de prestação de contas da Secretaria Estadual de Saúde referente ao terceiro relatório detalhado do quadrimestre de 2022 e ao relatório anual de gestão de 2022. Solicito também os serviços de cerimonial, convites, segurança, copa, data-show, sonorização, assessoria de imprensa, fotografia, cobertura da TV Assembleia, rádio e site. Convido o meu amigo Antonio Vaz, que durante os últimos quatro anos esteve à frente da Comissão de Saúde, para participar da audiência. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de estado de Infraestrutura, senhor Hélio Peluffo, com cópia ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando que seja realizada, com urgência, a reconstrução da ponte sobre o rio Pontinha do Cocho, divisa com Figueirão, entre a fazenda Califórnia e o Rancho Fundo, na zona rural no município de Camapuã. Justificativa: A ponte mencionada é rota dos agricultores da região e não está em condições de uso há muito tempo. Desta forma, visando evitar acidentes e futuras responsabilizações, solicitamos reparos na ponte, mediante instrumento de convênio do estado com o município de Camapuã, que não tem condições de realizar sozinho a obra. A presente proposição atende à solicitação dos produtores rurais da região. Diante do exposto, rogo aos nobres pares a aprovação desta proposição. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Domingos



Sahib Neto, solicitando os serviços de patrolamento e encascalhamento da rua Cenita Soares Magalhães, no bairro José Teruel; a Operação Tapa-Buraco na rua das Hortências, no bairro Joquei Clube; a Operação Tapa-Buraco na avenida Paulista, no bairro Jardim Nhanha; a manutenção e troca de lâmpadas nos postes de iluminação pública localizados na avenida Guri Marques (entrada das Moreninhas até a frente da rodoviária nova); e o patrolamento e encascalhamento no bairro Rancho Alegre. Senhor presidente, a gente tem um projeto que está tramitando aqui na Casa, inclusive com o pedido de vistas do deputado Professor Rinaldo, sobre a Síndrome de Down. Eu vou ler um trecho. "...Fica definido como permanente o laudo que atesta a Síndrome de Down, que terá validade indeterminada no estado de Mato Grosso do Sul; para fins legais será necessário apresentar a Declaração de Vida anualmente, por meio de renovação de algum benefício ou apresentação de matrícula regular em escola pública ou privada. O laudo de que trata esta lei deverá ser emitido proporcional ao credenciado na rede de saúde pública ou privada..." Hoje os pais sofrem muito por terem de pegar o laudo todos os anos. A gente quer retirar isso de pauta e que o laudo seja permanente. Esperamos que o projeto seja aprovado na CCJR. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (De autoria do deputado Antonio Vaz: três requerimentos (Prot. nºs 00931/2023, 00932/2023, 00934/2023). De autoria do deputado Coronel David: trinta e uma indicações (Prot. nºs 00902/2023, 00901/2023, 00920/2023, 00900/2023, 00899/2023, 00898/2023, 00897/2023, 00896/2023, 00895/2023, 00894/2023, 00893/2023, 00891/2023, 00890/2023, 00889/2023, 00888/2023, 00887/2023, 00886/2023, 00885/2023, 00884/2023, 00883/2023, 00882/2023, 00880/2023, 00879/2023, 00872/2023, 00873/2023, 00874/2023, 00875/2023, 00876/2023, 00877/2023, 00878/2023); um requerimento (Prot. nº 00905/2023); uma moção de pesar (Prot. nº 00881/2023). De autoria de deputado Gerson Claro: uma indicação (Prot. nº 00865/2023). De autoria do deputado Jamilson Name: dez indicações (Prot. nºs 00916/2023, 00913/2023, 00914/2023, 00915/2023, 00955/2023, 00956/2023, 00954/2023, 00957/2023, 00960/2023, 00966/2023). De autoria do deputado João Henrique: duas indicações (Prot. nºs 00908/2023, 00907/2023); dois requerimentos (Prot. nºs 00904/2023, 00903/2023). De autoria do deputado João Mattogrosso: cinco indicações (Prot. nºs 00944/2023, 00943/2023, 00942/2023, 00941/2023, 00940/2023); cinco moções de congratulação (Prot. nºs 00945/2023, 00936/2023, 00937/2023, 00938/2023, 00935/2023). De autoria da deputada Lia Nogueira: duas indicações (Prot. nºs 00951/2023, 00946/2023); uma moção de congratulação (Prot. nº 00933/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00939/2023). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 00968/2023, 00969/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00970/2023). De autoria do deputado Lucas de Lima: quatro indicações (Prot. nºs 00961/2023, 00965/2023, 00959/2023, 00958/2023). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de congratulação (Prot. nº 00910/2023). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas indicações (Prot. nºs 00962/2023, 00963/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00964/2023). De autoria do deputado Pedro Kemp: um requerimento (Prot. nº 00917/2023); um projeto de lei (Prot. nº 00967/2023). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 00921/2023). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de pesar (Prot. nº 00911/2023);



um projeto de lei (Prot. nº 00912/2023). De autoria do deputado Rafael Tavares: quatorze indicações (Prot. nºs 00929/2023, 00930/2023, 00926/2023, 00925/2023, 00924/2023, 00923/2023, 00922/2023, 00918/2023, 00870/2023, 00869/2023, 00868/2023, 00867/2023, 00866/2023, 00919/2023). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma indicação (Prot. nº 00952/2023); duas moções de congratulação (Prot. nºs 00927/2023, 00928/2023). De autoria do deputado Zé Teixeira: quatro indicações (Prot. nºs 00947/2023, 00949/2023, 00950/2023, 00948/2023)... Registramos a presença da senhora Lucimar Maldonado, presidente da Associação dos Produtores de Artesanato de Mato Grosso do Sul. Comunicamos a ausência justificada do deputado Rafael Tavares na sessão de hoje, dia 21 de março de 2023, para cumprimento de agenda externa no estado de Rio de Janeiro e no Distrito Federal, visando captar projetos e recursos em prol do estado de Mato Grosso do Sul. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de trinta minutos para seu pronunciamento.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — sem revisão do orador — Senhor Presidente, senhores deputados, a semana passada foi de muita tristeza para mim, para a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores e para todos nós aqui da Assembleia Legislativa, por conta da perda repentina do nosso companheiro deputado Amarildo Cruz. Na terça-feira de manhã ele participou da Sessão Ordinária, no período da tarde de reuniões, e no início da noite ele foi internado passando mal. Um processo infeccioso muito rápido, que culminou numa septicemia, infecção generalizada, então logo ele foi entubado e em seguida sofreu uma parada cardíaca; os médicos tentaram reanimá-lo, mas não obtiveram sucesso. Para nós é difícil entender como tudo isso aconteceu, de forma rápida, e tirou do nosso convívio um deputado atuante, vibrante e defensor de causas nobres, como a qualidade de vida da nossa população, principalmente das camadas mais pobres. Ele tinha compromisso com os mais pobres, com a luta dos trabalhadores rurais, com as comunidades quilombolas, com as comunidades indígenas; era defensor dos direitos humanos, dos direitos das mulheres, dos direitos dos negros. Ele que teve aprovado aqui um projeto de lei que estabeleceu a reserva de vagas para negros nos concursos públicos; fazia uma luta bastante destacada no combate ao racismo. Além de tudo isso, ele tinha um compromisso muito forte com a defesa do meio ambiente. Nós do Partido dos Trabalhadores perdemos um militante, um filiado muito querido. Eu o conhecia há trinta e oito anos, ele militou no partido, depois foi superintendente na Secretaria de Estado de Fazenda, em seguida foi secretário de estado de Habitação, e por fim assumiu o mandato aqui na Assembleia Legislativa. Este ano, ele estava iniciando mais um mandato, com muita disposição, com muita vontade de lutar e de defender as bandeiras que sempre marcaram sua história e sua trajetória. Nós lamentamos muito esta perda, mas temos de aceitar os desígnios de Deus e fazer da história do nosso companheiro um legado que sirva de exemplo para todos aqueles que desejem trilhar pelos caminhos da política partidária e disputar um cargo eletivo. Com certeza sempre teremos na memória do deputado Amarildo um exemplo de homem comprometido com seu trabalho parlamentar. O deputado Amarildo sempre se fez presente nas sessões da Assembleia Legislativa, é difícil contar quantas faltas ele teve, e as poucas que teve foram justificadas. Ele sempre fez questão de estar presente, debatendo projetos



e apresentando proposições importantes para o desenvolvimento do nosso estado. Diante disso, senhor presidente, a pedido de Vossa Excelência, apresentamos uma moção de pesar, em nome desta Casa de Leis, aos familiares, amigos e servidores do gabinete do deputado Amarildo Cruz. Quero fazer uma singela homenagem a ele, porque hoje ele estaria nesta tribuna apresentando um projeto de lei — que estudou com muito carinho, que era uma de suas bandeiras — sobre a defesa do meio ambiente. Eu vou ler um trecho. "Projeto de lei que dispõe sobre a preservação e proteção do Pantanal sul-mato-grossense, visando conter o avanço da abertura de novas lavouras destinadas ao cultivo de monoculturas na região..." O deputado Amarildo vinha discutindo, pesquisando, estudando sobre o avanço da monocultura da soja. A gente se preocupa com isso não só por conta do manejo da terra, mas também porque a soja demanda muito uso de agrotóxicos. E o Pantanal, por ser uma planície alagável, pode ser contaminado com os agrotóxicos e ter o bioma, os peixes e os animais prejudicados. O deputado Amarildo preparou este projeto de lei, e eu estou assumindo, eu diria, a coautoria. Antes de ser internado, o deputado Amarildo nos deixou uma mensagem pedindo que este projeto fosse apresentado. Eu vou colocar a mensagem que ele me enviou. Com isso faço nossa singela homenagem ao nosso companheiro, que nos deixou. *"Eu mandei um reels no seu Instagram, dê uma olhada nele, e vamos dar uma pesquisada para construirmos uma legislação para Mato Grosso do Sul. Segundo o reels, Mato Grosso tem uma lei específica para impedir o avanço da plantação de soja dentro do Pantanal. Vamos ver a legislação que nós temos, porque está dizendo que nós não temos. Eu lembro que entrei com um projeto no início do meu primeiro mandato, mas não consegui aprovar, construir uma legislação de proteção ao Pantanal. De lá para cá, não foi aprovada nenhuma lei nesse sentido. O Saulo... Este projeto deve estar no sistema da Assembleia. Vamos resgatá-lo e vamos construir uma legislação para impedir o avanço do plantio de soja na bacia do Pantanal. Vamos dar uma estudada nisso, por favor"*. Solicito que os senhores e as senhoras analisem com muito carinho este projeto... Com o presente projeto de lei, visamos proteger o nosso Pantanal e ao mesmo tempo homenagear a memória do nosso companheiro e dar continuidade à sua última manifestação. O deputado Amarildo era defensor do meio ambiente e das causas sociais, um líder comprometido com o desenvolvimento sustentável do estado e da região do Pantanal sul-mato-grossense. O Pantanal é a maior planície alagada da América do Sul e um dos biomas mais ricos e frágeis do mundo, abriga uma biodiversidade única e é fonte de subsistência de diversas comunidades tradicionais. No entanto, a crescente expansão da monocultura da região tem causado impactos ambientais, como a destruição do habitat de diversas espécies animais, o aumento da poluição das águas e a degradação dos solos. Se esses impactos não forem controlados, poderão provocar a perda irreversível da biodiversidade biológica e cultural do Pantanal.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Concedo um aparte ao deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Eu quero fazer coro a Vossa Excelência quando usa esta tribuna para citar o deputado Amarildo Cruz. Assistir a

essas imagens do deputado atuando neste Parlamento é dolorido para nós. Eu tenho uma história com o deputado Amarildo Cruz, porque nós chegamos junto a este Parlamento. Ele sempre foi muito combativo e muito leal aos seus posicionamentos, uma pessoa de posição e de palavra. Nós estivemos juntos inúmeras vezes discutindo projetos, discutindo proposições nesta Casa. Ele era um defensor do meio ambiente, da cultura negra... Eu tive a oportunidade de indicá-lo como representante de Mato Grosso do Sul na Unale; ele tinha programadas várias viagens pelo Brasil, com o objetivo de defender nosso estado. Na terça-feira, eu conversei com ele, demos algumas risadas juntos, até mesmo sobre um posicionamento do deputado Zeca do PT, que se encontrava hospitalizado. Depois, nós fomos surpreendidos com a internação e muito mais com o passamento do Amarildo Cruz. Portanto, quero me solidarizar com Vossa Excelência, deputado Kemp, que foi colega de militância do Amarildo por muitos anos. Nós temos uma história com o deputado Amarildo Cruz, ele nos deixou seu legado. Perdemos Mato Grosso do Sul e esta Casa um grande parlamentar. Costumam dizer que as pessoas passam a ser boas quando morrem. Não é o caso do Amarildo Cruz, que sempre foi referência em sua representação, em sua atenção, um servidor público de carreira da Secretaria de Fazenda; eu sempre discuti muito com ele também sobre as questões da Sefaz, do Tribunal de Contas, porque a gente tinha um acesso muito bom, uma discussão muito boa. Eu digo que o falecimento do deputado Amarildo Cruz foi uma grande perda para nós que convivemos com ele. Fica registrada minha solidariedade aos familiares e amigos do Amarildo Cruz. Nós perdemos um grande companheiro, um grande amigo. Muito obrigado pelo aparte.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Muito obrigado, deputado Lidio Lopes. Eu incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Concedo um aparte ao deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Deputado Pedro Kemp, quero parabenizá-lo pelo uso da palavra. Não haveria aqui uma pessoa melhor que Vossa Excelência para falar do saudoso deputado Amarildo Cruz, pelas suas lutas partidárias e aqui nesta Casa. Eu também tive a honra de conviver com ele desde o nosso primeiro mandato; saímos, depois retornamos, enfim. Nós estabelecemos uma relação maior do que uma simples relação de deputados, nós nos tornamos amigos. Quando eu cheguei a esta Casa, o primeiro projeto de lei que apresentei foi para alterar os critérios de distribuição do ICMS, e o Amarildo se somou a mim, fomos a diversos municípios, fizemos audiências públicas para explicar aos vereadores e aos prefeitos a importância do projeto e seus impactos. Depois nós instauramos juntos a CPI da Saúde, da qual eu era relator. Viajamos juntos, visitamos os hospitais das onze sedes de micro e macrorregiões do estado, conhecemos, ouvimos todos os secretários de saúde, os Conselhos Municipais de Saúde das sedes de micro e macrorregiões, para termos um relatório que retratasse a realidade da saúde pública do estado. O deputado Amarildo sempre foi combativo, com posições claras, e ao mesmo tempo



sempre disposto ao diálogo na construção de consensos, para que pudéssemos avançar. Assim foi também no período em que estive na presidência desta Casa, ele foi segundo-secretário, e nós discutíamos muito, debatíamos muito acerca das questões relacionadas à administração interna da Casa. Portanto, é uma grande perda para Mato Grosso do Sul, é uma grande perda para esta Casa o passamento desse extraordinário parlamentar, que usava a tribuna com conhecimento de causa, que se aprofundava nas questões as quais defendia. Isso foi importante para o crescimento, para a consolidação, para o resgate da credibilidade deste Parlamento junto à sociedade. Eu digo que nós temos duas datas marcantes: 'o dia que chegamos e o dia que partimos. O que faz a diferença é o que fazemos nesse período'. Eu tenho certeza de que o Amarildo cumpriu sua missão como ser humano, como um ser que veio para contribuir com a melhoria deste mundo. Que Deus o receba e que ele tenha um lugar a que faça jus a tudo que ele produziu e construiu durante sua passagem pela Terra.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Muito obrigado, deputado Junior Mochi. Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência ao meu discurso.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Concedo um aparte ao deputado Professor Rinaldo.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Deputado Pedro Kemp, eu acredito que o sentimento que habita no coração de Vossa Excelência é o mesmo que habita no coração da sua equipe de trabalho, no coração dos servidores desta Casa e no coração de todos nós. Ouvindo aqui o deputado Junior Mochi, lembrei-me de quando conheci o Amarildo, em 1998. Na época, eu fui candidato a deputado estadual na coligação do Zeca do PT, candidato ao governo do estado, e o levamos à vitória. O Amarildo não foi candidato, mas trabalhou na coordenação da campanha. Ao longo desse tempo, mantivemos uma amizade um pouco distante, até chegarmos aqui, juntos, em 2006. E nós sempre tivemos uma amizade, um carinho um pelo outro. O Amarildo frequentou minha casa algumas vezes. Quando ele ficou como suplente, ficou um pouco esquecido pelas pessoas; em nossa cultura, quando ficamos fora do poder, realmente ficamos meio esquecidos. Embora tivéssemos divergências políticas, havia um carinho muito grande entre nós, e ele ficou muito agradecido quando o visitei em seu escritório, no centro da cidade... Eu estava em Porto Alegre, e de lá acompanhei, com lágrimas nos olhos, com dor no coração, as notícias, e fiquei muito triste, estou muito triste com o passamento do Amarildo. Parabéns Vossa Excelência, que nos representou muito bem durante aqueles dias. Deus lhe encheu de coragem e de força para falar no velório, para viajar, para falar na Câmara de Vereadores de Presidente Epitácio. Eu fiquei muito emocionado... O deputado Paulo Corrêa disse no grupo dos deputados que se sentiu representado por Vossa Excelência, e Vossa Excelência cumpriu muito bem a missão de representar os colegas parlamentares desta Casa. Há coisas que nós não entendemos, e a vida é uma delas; nós somos um mistério, a vida é um mistério, e a morte é um mistério ainda maior. Eu, o Amarildo Cruz, o Vander e o delegado da Polícia Federal estávamos



juntos aqui segunda-feira de tarde, terça-feira de manhã estávamos aqui na sessão, de tarde ele passou mal, na quarta-feira foi entubado, e no outro dia faleceu. Então, nós ficamos aqui com dor no coração, com uma saudade que com certeza será eterna. Mas ao mesmo tempo em que estamos tristes, temos a alegria de saber que o Amarildo Cruz foi intransigente e nunca deixou de defender as causas nas quais acreditava. Ele não admitia, em hipótese nenhuma, discriminação contra negros, índios, mulheres, homossexuais, enfim. Ele era justo. O Amarildo cumpriu a missão, combateu o bom combate, terminou a carreira e guardou a fé, guardou os princípios que o nortearam até o último dia, até o último debate que fez nesta tribuna. Então, deputado Pedro Kemp, quero externar meu sentimento de tristeza, minha solidariedade à família e também à equipe dele, em nome do Paulinho, que está aqui. Que Deus abençoe todos vocês, todos nós. E quero dizer àqueles que acreditam na ressurreição: há uma esperança! Nós devemos trabalhar e viver sem mágoa no coração, sem puxar o tapete de ninguém, porque o que Deus tem para nós é nosso, e ninguém pode tirar. Nós precisamos caminhar com esse sentimento, porque como diz o dito popular: "O amanhã a Deus pertence". A prova do estou dizendo foi o que aconteceu com nosso querido amigo Amarildo Cruz. Que Deus abençoe, deputado Pedro Kemp, todos nós. E que nós sigamos em frente, preservando os princípios que o Amarildo sempre viveu durante o tempo em que esteve nesta Terra. Muito obrigado pelo aparte.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Obrigado, deputado Professor Reinaldo. Eu incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Concedo um aparte ao deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Deputado Pedro Kemp, quando o Amarildo estava hospitalizado, nós dissemos várias vezes que estávamos esperançosos com relação à melhora dele. Quando ele faleceu, eu liguei para Vossa Excelência e lhe pedi que fizesse minhas vezes aqui, porque eu estava fora. Mas eu quero dizer que tenho lembranças saudáveis do amigo Amarildo. Acho que a morte não é um mistério, ela é uma certeza, porque vem para todos. Talvez a vida seja um mistério quando alguns são impedidos de vir ao mundo. Quero deixar minhas condolências à família enlutada e dizer que fica em nossos corações a saudade do nosso querido amigo. Apesar de a morte ser uma certeza, quando ela ocorre prematuramente, abala-nos muito. O Amarildo foi um bom amigo, um homem de palavra. Eu e ele fizemos alguns debates, ele defendia bastante as questões relacionadas ao meio ambiente; Vossa Excelência defende as questões indígenas. Mas nosso debate sempre foi saudável. Eu sempre tive uma convivência muito boa não só com o Amarildo, mas também com toda a bancada do Partido dos Trabalhadores, apesar de nossas divergências ideológicas... Que Deus tenha o Amarildo no Reino da Glória, porque ele merece. Obrigado pelo aparte.



**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Muito obrigado, deputado Zé Teixeira.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Um aparte, deputado?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Concedo um aparte a Vossa Excelência.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Quero expressar à família nosso sentimento de pesar, já o fizemos oficialmente, e agradecer à equipe do gabinete do deputado Amarildo Cruz e à equipe da Assembleia Legislativa, que demonstrou um carinho especial por ele. Em nome do deputado Paulo Corrêa e dos demais deputados desta Casa, agradeço de forma especial a Vossa Excelência, deputado Pedro Kemp. Sua presença, durante o período em que o deputado Amarildo esteve internado, no velório, no sepultamento dele, foi uma demonstração de carinho, de amizade, de respeito e de humanidade. Nós temos que usar essas atitudes como exemplo todos os dias. O pessoal da presidência passou a noite aqui. O deputado João Henrique foi ao velório do nosso amigo, e disse-nos: "Olhem, eu não consegui entender o ocorrido"... Todos estão consternados. Muitas vezes, nós, seres humanos, não conseguimos demonstrar o carinho que temos um pelo outro. Mas nós convivemos aqui, juntos, construindo e trabalhando para Mato Grosso do Sul, mais do que com a nossa própria família. Então, nossos agradecimentos a Vossa Excelência, deputado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Muito obrigado, presidente. Eu quero encerrar o meu pronunciamento agradecendo a Vossa Excelência, ao deputado Paulo Corrêa, nosso primeiro-secretário, a toda a Mesa Diretora da Casa, aos colegas deputados, alguns estavam fora de Campo Grande na ocasião, mas mandaram-me mensagens. Agradeço ao nosso presidente a presteza, tudo foi muito bem organizado para fazermos um velório à altura do nosso companheiro Amarildo Cruz. Agradeço também ao cerimonial e a todos os funcionários da Assembleia Legislativa. Quero fazer uma homenagem ao Paulinho, chefe de gabinete do deputado Amarildo Cruz, e a toda a equipe do nosso companheiro. Paulinho, você foi um grande parceiro, um grande companheiro, e esteve ao lado da equipe e dos familiares do Amarildo em todos os momentos, até o sepultamento do nosso amigo, em Presidente Epitácio. Quero dizer que a maior homenagem que podemos fazer a esse companheiro que se foi será dar continuidade ao seu trabalho aqui na Assembleia Legislativa, honrando sua memória e defendendo as causas que ele defendia. Como disse o deputado Professor Rinaldo, citando as palavras do apóstolo Paulo, o deputado Amarildo Cruz combateu o bom combate, cumpriu a carreira, e guardou a fé. Nós conversávamos muito, e eu via no deputado Amarildo Cruz um homem de fé; ele era participativo em sua comunidade, em sua igreja. E com certeza esta fé que nós compartilhamos é o que nos sustenta e nos conforta. Que Deus nos abençoe. Que Deus abençoe a família e todos os amigos do deputado Amarildo Cruz. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Quero fazer um convite, uma convocação



especial aos senhores. Hoje, a partir das 14 horas, teremos uma audiência pública sobre o projeto de concessão da rodovia BR-163 com representantes do Dnit, da ANTT, da comunidade, do Governo do Estado, de prefeitos e de vereadores. O start desta audiência foi dado pelo governador Eduardo Riedel. Quero, já, agradecer aos deputados Junior Mochi, Roberto Hashioka, Pedro Kemp, Mara Caseiro e a todos que participaram da organização da audiência. Registramos a presença dos vereadores Carlos Henrique, João do Posto, Izano e Abílio, de Coxim. Consulto o primeiro-secretário se há quórum para deliberação.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em discussão única e votação. Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2023. Autora: Mesa Diretora. "Reconhece, para fins do disposto no artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública no município de Naviraí". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado João Mattogrosso. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2023, de autoria da Mesa Diretora.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado João Mattogrosso?

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi? Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Marcio Fernandes? Como vota o deputado Neno Razuk?

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?



**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara? Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Quinze votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Antes de passarmos ao próximo item, quero comunicar aos colegas deputados que há um movimento muito grande, e o próprio governo do estado fez uma solicitação, há mais de vinte e cinco municípios com problemas relacionados ao transporte de colheita, à retirada de produtos. O estado está programando, inclusive, uma colaboração emergencial com os municípios, e alguns decretos de estado de emergência já estão pautados, deputada Mara, para serem votados amanhã. Nós estamos fazendo um acordo e lideranças para pautarmos e votarmos os projetos o mais rápido possível; porque realmente os municípios estão muito prejudicados, a população está prejudicada por conta das chuvas. Pois bem. Agora, vamos dar continuidade às votações. Item 2. Em segunda votação. Projeto de Lei nº 056/2023. Autora: Mesa Diretora. "Dispõe sobre a alteração da Lei Estadual nº 4.090". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão...

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Eu quero pedir vista deste projeto.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Concedido o pedido de vista, deputado... Item 3. Projeto de Lei nº 04/2023. Autora: deputada Mara Caseiro. "Dispõe sobre os mecanismos de instrumentos de detecção e combate à violência doméstica contra crianças e adolescentes". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.



Projeto de Lei nº 04/2023, de autoria da deputada Mara Caseiro.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Antonio Vaz?

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Coronel David?

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Jamilson Name?

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado João Henrique? Como vota o deputado João Mattogrosso?

**DEPUTADO JOÃO MATTOGROSSO** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Junior Mochi?

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Lia Nogueira?

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Lidio Lopes?

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Londres Machado? Como vota o deputado Lucas de Lima?

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota a deputada Mara Caseiro?

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Agradecendo os votos favoráveis dos deputados, voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Neno Razuk?

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Paulo Corrêa?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedro Kemp?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Pedrossian Neto?

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Professor Rinaldo?

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Renato Câmara?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Roberto Hashioka?

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Voto sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como vota o deputado Zé Teixeira?

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Dezesete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Três requerimentos, trinta e quatro indicações e três moções de congratulação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Item 5. Moções de pesar. Proposta pela Casa, em razão do falecimento do senhor José Elias Moreira. Proposta pelo deputado Professor Rinaldo, em razão do falecimento da senhora Guiomar Soares dos Santos. Proposta pela Casa, vamos incluir ainda na pauta de hoje a moção de pesar, em nome desta Casa, aos familiares do nosso amigo deputado Amarildo Cruz, em razão do seu falecimento, ocorrido em 17 de março de 2023. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Neste momento, esta presidência vai suspender a Sessão, para manifestação externa da senhora Marlene Veiga Espósito, que tratará de assunto de interesse dos servidores públicos estaduais aposentados. Eu convido o deputado Pedro Kemp para assumir a presidência (11h05min).

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Com a palavra, a senhora Marlene Espósito.

**SENHORA MARLENE VEIGA ESPÓSITO** — Bom dia aos integrantes da Mesa Diretora. Na pessoa do deputado Pedro Kemp, cumprimento a todos! Eu não pretendo falar em nome de todos os aposentados do governo do estado, porque somos 60 mil pessoas, vou falar em nome de um grupo, de cem pessoas, que formamos para discutir os descontos previdenciários que foram feitos para os servidores públicos aposentados. Então, em nome desses aposentados e pensionistas vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul, quero demonstrar, deputado Pedro Kemp, a nossa indignação. Os aposentados sofreram um retrocesso em seus proventos por conta da reforma previdenciária trazida pela Emenda Constitucional nº 103, de dezembro de 2019, no âmbito federal; e no âmbito estadual pela Emenda Constitucional nº 82, do mesmo ano. Essa Emenda Constitucional foi aprovada por esta Casa, senhor parlamentar, no período da pandemia, quando todos nós estávamos acuados e amedrontados pelos efeitos da Covid-19. Nós não tivemos, portanto, nenhum momento para fazermos a nossa defesa. Os senhores devem se recordar de que as decisões eram tomadas em reuniões virtuais; e por diversas vezes nós tentamos marcar um momento para apresentarmos nosso argumento a esta Casa. Infelizmente, por conta da pandemia,

não tivemos a oportunidade de expor nosso caso. As novas regras impactaram substancialmente a qualidade de vida de pessoas que contribuíram por mais de 30 anos para a previdência, a fim de que pudessem, após anos de muito trabalho, receber uma remuneração justa. A reforma previdenciária, imposta pela Emenda Constitucional nº 82, aqui no estado, que autoriza a cobrança de contribuição extraordinária aos aposentados e pensionistas, tem como justificativa um equacionamento do déficit previdenciário. Vale ressaltar que as dificuldades financeiras mostradas pela Ageprev, que justificou a cobrança, não foram ocasionadas pelos servidores aposentados, muito menos pelos servidores, de modo geral; mas pelos gestores e administradores designados pelo próprio chefe do Poder Executivo estadual. Ora, os aposentados já contribuíram, por longos anos, para garantirem os benefícios, e agora são obrigados a contribuir novamente, para que a saúde financeira da Previdência Social seja restabelecida. Pelo exposto, recorremos a esta Casa de Leis, pois a Previdência de Mato Grosso do Sul já está com suas contas sob controle. Logo, por questão de justiça e de direito, não se faz mais necessária a dupla contribuição por parte daqueles que fizeram sua parte durante muitos anos, os aposentados e pensionistas. Nesse sentido, entendemos que a Ageprev deve prestar informações pormenorizadas de balancetes e previsões administrativas de valores a receber, de balanço patrimonial, de dívidas, e a intenção administrativa que justifica essa cobrança aos aposentados e pensionistas. É o que esperamos que seja feito, pois estamos no limite das nossas forças. Precisamos da anuência desta Casa, para que sejam restaurados a justiça e o direito de quem muito já contribuiu, e hoje precisa voltar a trabalhar para garantir sustento e qualidade de vida à sua família. Nós protocolamos, deputado Pedro Kemp, um documento aqui na Assembleia, com todos os nossos questionamentos. Esperamos que esta Casa compreenda nossa situação e nos ajude. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Muito obrigado, senhora Marlene Veiga, pela exposição. Quero dizer que é muito justa a reivindicação que a senhora traz a esta Casa. Nós faremos com que ela chegue ao governador do estado. Na sessão de amanhã eu vou apresentar, em meu nome e em nome de vários deputados, uma reivindicação ao governador, para que ele reveja esse desconto que foi aplicado aos aposentados na última reforma da previdência. Semana passada, eu e os deputados Junior Mochi, Renato Câmara, Marcio Fernandes, Zeca do PT, Amarildo Cruz estivemos com o governador e falamos sobre este assunto; e ele nos disse que tinha o compromisso de fazer um estudo atuarial, de fazer um levantamento, para rever este desconto, quem sabe até aproveitando uma emenda que na época foi apresentada sobre aquele escalonamento, enfim. Mas o fato é que, principalmente para os aposentados que ganham pouco, esse desconto é ruim. Nós assumimos aqui o compromisso de levantar esta bandeira e vamos cobrar do governador um projeto no sentido de rever esse desconto que penaliza muitos servidores públicos.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas)** — Pela ordem.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Pois não.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas)** — Senhora Marlene Veiga, parabéns pela fala! Na verdade, este assunto foi amplamente discutido neste Plenário;

mas acontece que, infelizmente, veio uma determinação, uma lei federal, de cima para baixo, para todas as Casas Legislativas estaduais. Eu sou servidor público e sei que este desconto previdenciário prejudica os aposentados, que têm uma longa história de contribuição à Previdência. Na época, eu apresentei uma emenda, para que os aposentados ficassem fora da reforma. Infelizmente, fui voto vencido. Depois, apresentei uma emenda com relação ao teto, que, antigamente, era de R\$ 5.600. Só quem ganhava acima disso contribuía. Depois acabaram reduzindo o teto para um salário mínimo. Então eu apresentei uma emenda para que o teto fosse três salários mínimos, ou que fosse feito um escalonamento. Também fui voto vencido. Hoje, praticamente todo o mundo tem de contribuir... E acabou que dois estados, Mato Grosso e o Paraná, implantaram o teto de três salários mínimos. Mas contem com o nosso apoio. Eu e os demais colegas faremos uma interlocução junto ao governo estado, para que esse desconto seja revisto. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Obrigado, deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Um aparte, deputado?

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Pois não.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Eu quero cumprimentar a Marlene pela fala. Como Vossa Excelência disse, deputado Pedro Kemp, semana passada nós recebemos várias categorias para discutir este assunto. E como as categorias estão discutindo com o governo sobre reajuste e reposição salarial, destacaram a questão da contribuição dos aposentados. Em verdade, hoje, está ocorrendo a quebra do princípio da isonomia entre servidores ativos e inativos. Na época da votação da reforma da previdência, nós colocamos uma emenda, que foi aprovada inicialmente, isentando os aposentados que recebiam salários até o teto. A reforma estadual foi votada aqui antes da reforma nacional. Com a reforma federal, ficou estabelecido que a isenção cabe somente para os trabalhadores que recebem até um salário mínimo. A maioria dos servidores obviamente recebe mais que isso. Ou seja, não houve praticamente nenhuma isenção para os servidores aposentados. E isso os afeta significativamente, porque são 14%. Os servidores que ganham R\$ 3.000, R\$ 4.000, R\$ 5.000 acabam tendo um decréscimo no salário, porque não receberam um reajuste salarial proporcional ao desconto que lhes foi imposto na reforma previdenciária. Então, essa discussão, como disse o deputado Pedro Kemp, nós já a levamos ao governador. Se não for possível, diante do cálculo atuarial, fazer tudo de uma vez, que o teto vá aumentando paulatinamente: R\$ 2.000, R\$ 3.000, R\$ 4.000, até atingir R\$ 7.800, que é o teto atual. As categorias estão falando com todos os deputados, estão solicitando que façamos uma reunião nesta Casa e encaminhe um documento ao governador, solicitando que ele faça esse estudo atuarial e apresente uma proposta de elevação do teto de isenção.

**PRESIDENTE** (deputado Pedro Kemp - PT) — Obrigado, deputado Junior Mochi. Obrigado, Marlene, pela exposição. Pode ter certeza que nós levaremos esta reivindicação ao governador... Neste momento, está reaberta a Sessão



---

(11h17min). Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Transferida. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11h18min).